



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

Cargo:
TÉCNICO SUPERIOR
FORMAÇÃO 4 – CONTADOR

Caderno de Provas
Objetivas e Discursiva

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e no seu caderno de textos definitivos da prova discursiva. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A verdade jamais prejudica uma causa que é justa.

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva, de uso opcional, não contará para efeito de avaliação.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros, que expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse* e que **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- As siglas subsequentes, sempre que utilizadas, devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CONTRAN = Conselho Nacional de Trânsito; CTB = Código de Trânsito Brasileiro; DETRAN = departamento de trânsito; DNIT = Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte; PRF = Polícia Rodoviária Federal; SNT = Sistema Nacional de Trânsito.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Em **A Condição Humana**, a filósofa alemã Hannah
Arendt afirma que “os homens são impelidos a agir”. O verbo
agir, no idioma grego, significa, justamente, “começar”,
4 “imprimir movimento a alguma coisa”. Essa noção do verbo
agir estende-se, conseqüentemente, para a ideia de que existir
como ser humano é o primeiro passo para se iniciar algo.
7 “A ação e o discurso são os modos pelos quais os seres
humanos se manifestam uns aos outros, não como meros
objetos físicos, mas como pessoas. Essa manifestação, em
10 contraposição à mera existência corpórea, depende da
iniciativa”, assegura a filósofa. Por não sermos só um corpo
que precisa de água e comida, mas seres movidos pelo desejo
13 de dar sentido à vida, estamos em constante transformação, o
que implica rever conceitos e posturas à medida que o tempo
passa.

16 Muito embora cada um de nós seja movido pelo
próprio existir, dependemos também de relações com pessoas
que, ao longo da vida, tornam-se coautoras dos nossos feitos.
19 Até mesmo nas ações mais íntimas, que implicam rever valores
pessoais, estabelecer novas relações e fechar ciclos, existe uma
parceria autoral. Em maior escala, as iniciativas conjuntas são
22 capazes de estabelecer novas condições de existência da
humanidade como um todo.

Débora Didonê. *A hora e a vez*. In:
Vida Simples, 10/2010, p. 23-7 (com adaptações).

Com relação às estruturas linguísticas e à organização das ideias do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 1 Depreende-se das ideias apresentadas no texto que a força inicial que nos impele a agir é a nossa própria condição de ser humano.
- 2 A expressão ‘Essa manifestação’ (l.9) retoma, por coesão, as ideias da filósofa alemã a respeito do verbo agir, expressas na oração iniciada por “O verbo agir” (l.2-3).
- 3 Mantêm-se a correção gramatical e as relações argumentativas do texto ao se deslocar o vocábulo “só” (l.11) para antes da forma verbal “sermos” (l.11) ou para antes da forma verbal “precisa” (l.12).
- 4 Na linha 13, o emprego do sinal indicativo de crase em “à vida” deve-se à presença do substantivo “sentido”, cujo complemento deve ser introduzido pela preposição **a**.
- 5 O pronome átomo em “tornam-se” remete ao pronome relativo “que”, ambos na linha 18; e este, por sua vez, refere-se a “pessoas” (l.17); por isso, a forma verbal está flexionada no plural.
- 6 O emprego das vírgulas imediatamente após “íntimas” (l.19) e logo após “pessoais” (l.20) é obrigatório, visto que elas demarcam o início e o fim de uma oração com valor explicativo.

1 Setores significativos da sociedade começam a clamar
por nova cultura de mobilidade, que promova a apropriação
equitativa do espaço e do tempo na circulação urbana,
4 priorizando o deslocamento em transporte coletivo, em
bicicleta ou a pé, em substituição ao deslocamento em
automóvel particular. Essa nova forma de ver a mobilidade
7 deve promover o reordenamento dos espaços e das atividades
urbanas, de forma a reduzir as necessidades de deslocamento
motorizado e seus custos e construir espaços e tempos sociais
10 em que se preserve, defenda e promova a qualidade do
ambiente natural e os patrimônios históricos, culturais e
artísticos das cidades e dos bairros antigos. A mobilidade
13 urbana é, ao mesmo tempo, causa e efeito do desenvolvimento
urbano e integra as ações dos principais agentes e fatores que
afetam a forma como uma cidade se desenvolve. O Estado, o
16 setor privado, os indivíduos, os processos migratórios, o valor
da terra urbana e a dinâmica da economia são fatores que
interagem de forma complexa, “produzindo” o meio urbano em
19 que vivemos, e, desse modo, gerando as necessidades de
deslocamento das pessoas e dos bens.

O atendimento às demandas de mobilidade evidencia
22 a necessidade de controle do processo de expansão urbana,
propugnando pelo desenvolvimento de cidades mais adensadas,
em cujo território haja melhor distribuição das funções.

Internet: <<http://diamundialsemcarro.ning.com>> (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, referentes às estruturas linguísticas e à organização das ideias do texto acima.

- 7 Na linha 10, a ideia generalizadora que o emprego do pronome “se”, na função de sujeito indeterminado, confere a “preserve”, “defenda” e “promova” justifica a flexão de singular nessas formas verbais.
- 8 O trecho “são fatores que” (l.17) poderia ser suprimido sem prejuízo da correção gramatical e das relações semânticas do período, pois se manteria a concordância da forma verbal “interagem” (l.18) com o termo que exerce a função de sujeito.
- 9 No trecho “haja melhor distribuição das funções” (l.24), o emprego do modo subjuntivo na forma verbal indica possibilidade, hipótese, e não a certeza de ocorrência de melhor distribuição de funções.
- 10 A expressão “de forma a reduzir” (l.8) poderia ser substituída pela forma verbal **reduzindo** sem prejuízo para o sentido e a correção gramatical do período sintático em que ocorre.

Com relação ao Microsoft Office 2007, julgue os próximos itens.

- 11 No PowerPoint 2007, em uma apresentação definida como personalizada, apenas os *slides* que tenham sido selecionados serão exibidos.
- 12 No Word 2007, é possível criar uma mala direta a partir de um modelo de carta. Nesse caso, o modelo é conectado a uma fonte de dados, a qual é um arquivo que contém as informações a serem mescladas no documento principal.

Acerca dos conceitos do Windows 7 e das tecnologias aplicadas à Internet, julgue os itens a seguir.

- 13 No Internet Explorer 7, o usuário pode definir os sítios específicos da Internet dos quais aceitará *cookies*, podendo, assim, fazer um controle seletivo dos *cookies* armazenados no computador.
- 14 A ferramenta de *backup* do Windows 7 permite escolher a mídia em que as cópias serão gravadas. Entretanto, quando a mídia escolhida for CD ou DVD, não será possível gerar *backups* incrementais. Nessas mídias, sempre que houver a necessidade de gerar uma cópia de segurança, ela será uma cópia completa.
- 15 A restauração do sistema é uma forma de desfazer alterações do sistema do computador para um ponto anterior no tempo. A restauração do sistema, entretanto, não pode ser usada para recuperação de arquivos pessoais.

Julgue os itens seguintes, relacionados a conceitos de organização, de segurança e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.

- 16 O Windows 7 permite a gravação de CD e DVD no formato sistema de arquivos dinâmico ou no formato *mastered*, mas não está habilitado para gravação de DVD-Vídeo.
- 17 As bibliotecas, no Windows 7, gerenciam arquivos, mas não os armazenam, embora tenham a capacidade de monitorar as pastas que contêm os itens, permitindo que os arquivos sejam acessados e organizados de várias maneiras.
- 18 No Windows 7, sempre que um arquivo é excluído, ele é transferido e enviado automaticamente para a lixeira, a menos que o usuário selecione o arquivo e pressione  + , o que provoca a exclusão definitiva do arquivo.

Considere que, em uma amostra composta por 210 pessoas atendidas em unidade de atendimento do DETRAN, 105 foram ao DETRAN para resolver pendências relacionadas à documentação de veículos; 70, para resolver problemas relacionados a multas; e 70, para resolver problemas não relacionados à documentação de veículos ou a multas. A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens de **19** a **21**.

- 19 Em face dessa situação, é correto afirmar que, nessa amostra, menos de 30 pessoas procuraram a unidade de atendimento do DETRAN para resolver problemas relacionados simultaneamente à documentação de veículos e a multas.

- 20 Caso se selecionem, ao acaso, duas pessoas, entre as 210 da amostra, a probabilidade de que ambas tenham procurado a unidade do DETRAN para solucionar pendências relacionadas à documentação de veículos ou que a tenham procurado para resolver problemas relacionados a multas será superior a $\frac{1}{6}$.
- 21 Entre as 210 pessoas da amostra, para se selecionar, ao acaso, ao menos duas que tenham procurado a unidade do DETRAN para solucionar pendências relacionadas à documentação de veículos ou ao menos duas que a tenham procurado para resolver problemas relacionados a multas, o menor número de pessoas que devem ser selecionadas será igual a 73.

RASCUNHO

Durante *blitz* de rotina, um agente de trânsito notou um veículo que havia parado a distância, no qual o condutor trocou de lugar com um dos passageiros. Diante dessa situação, o agente resolveu parar o veículo para inspeção. Ao observar o interior do veículo e constatar que havia uma lata de cerveja no console, indagou aos quatro ocupantes sobre quem teria bebido a cerveja e obteve as seguintes respostas:

- Não fui eu, disse Ricardo, o motorista.
- Foi o Lucas, disse Marcelo.
- Foi o Rafael, disse Lucas.
- Marcelo está mentindo, disse Rafael.

Considerando a situação hipotética acima, bem como o fato de que apenas um dos ocupantes do veículo bebeu a cerveja, julgue os itens subsequentes.

- 22 Caso o automóvel dispusesse de 5 lugares e todos os seus ocupantes fossem habilitados para conduzir veículo automotor, então o número de maneiras como os ocupantes poderiam se organizar dentro do veículo antes de serem parados pelo agente seria igual a 96.
- 23 Em face dessa situação, é correto afirmar que Marcelo e Rafael mentiram.
- 24 Considerando-se que apenas um dos ocupantes do carro estivesse mentindo, é correto afirmar que Rafael foi quem bebeu a cerveja.

A noção de equivalência de proposições refere-se à possibilidade de expressar de diferentes formas uma mesma afirmação. Do ponto de vista formal, diz-se que duas proposições são logicamente equivalentes quando possuem tabelas de valorações idênticas. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 25 A negação da proposição “Não dirija após ingerir bebidas alcoólicas ou você pode causar um acidente de trânsito” é, do ponto de vista lógico, equivalente à afirmação “Dirija após ingerir bebidas alcoólicas e você não causará um acidente de trânsito”.
- 26 A afirmação “Não dirija após ingerir bebidas alcoólicas ou você pode causar um acidente de trânsito” é, do ponto de vista lógico, equivalente à proposição “Se você dirige após ingerir bebidas alcoólicas, então você pode causar um acidente de trânsito”.

Em relação à estrutura e ao processo organizacional e à organização administrativa, julgue os itens a seguir.

- 27 Caso o objetivo do gestor de órgão público seja garantir a coesão do grupo e a comunicação entre os seus membros, ele deve evitar adotar a estrutura de departamentalização matricial.
- 28 A elaboração de indicadores é uma das atividades próprias do processo organizacional desenvolvidas na fase de planejamento.
- 29 Caracteriza-se como desconcentração a divisão interna de órgão público em superintendências, departamentos ou seções, cada qual com atribuições próprias e distintas.
- 30 A adoção da departamentalização funcional é contraindicada caso a direção de um órgão público objetive criar, nos diversos setores desse órgão, estrutura de trabalho que favoreça o desenvolvimento da inovação e da criatividade.

Em determinado ano, José, servidor público estadual do Espírito Santo, ausentou-se do trabalho por três dias para prestar concurso público; posteriormente, faltou um dia para tratar de interesse particular, sem apresentar qualquer justificativa para a ausência no trabalho nesse dia. Ao chefe, José solicitou nomeação para ocupar cargo em comissão anteriormente ocupado por Maria, visto que essa servidora estava cedida para órgão federal. Caso consiga ocupar o cargo em comissão, José planeja terminar o curso superior em administração, acreditando que, desse modo, poderá migrar automaticamente da carreira de nível técnico para outra de nível superior no âmbito do mesmo órgão público onde é lotado.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue os itens que se seguem.

- 31 Migrar da carreira técnica para a de nível superior, objetivo de José após o término do curso de administração, é factível por intermédio da aplicação do instituto da ascensão.
- 32 Mesmo que José comprove devidamente ter participado de concurso público, deve ter os dias em que faltou ao serviço para esse fim descontados de sua remuneração.
- 33 Em qualquer situação, o chefe deve abonar o dia em que José se ausentou do trabalho para tratar de interesse particular.
- 34 É vedado a Maria afastar-se por mais de dois anos do serviço público estadual para ocupar cargo em órgão público da União.
- 35 Caso assuma o cargo em comissão anteriormente ocupado por Maria, José poderá optar pelo vencimento do cargo em comissão ou pelo valor da função gratificada.

RASCUNHO

Julgue os próximos itens, relativos a ética no serviço público, gestão de processos, gestão de contratos e planejamento estratégico.

- 36 Entre as ações de gestão de contrato público admitidas após a sua celebração, inclui-se a sua modificação unilateral pela administração pública.
- 37 A elaboração de padrões de procedimentos operacionais de atendimento ao cliente é uma das atividades típicas do diretor de planejamento de uma organização pública encarregada da fiscalização de transportes.
- 38 A gestão de um processo deve contemplar a sua modelagem, etapa em que é descrita a situação futura ou ideal do processo.

Tendo como referência o CTB, julgue os itens a seguir, a respeito da política de educação para o trânsito.

- 39 Os órgãos expressamente previstos para contribuir com o CONTRAN no desenvolvimento e na implementação de programas de prevenção de acidentes são os Ministérios da Saúde, da Educação, do Trabalho e Emprego, dos Transportes e da Justiça.
- 40 A educação para o trânsito, que tem por objetivo formar pessoas cada vez mais preparadas para o uso comum das vias, deve ser promovida em todas as fases do ensino, desde a pré-escola até o ensino superior, por meio de ações coordenadas entre as entidades que compõem o SNT e os órgãos de educação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios em suas respectivas áreas de atuação.
- 41 A partir de 1997, tornou-se obrigatória, no Brasil, a existência de coordenação educacional em cada um dos órgãos ou entidades que compõem o SNT, com a função de promover, como parte da estrutura organizacional desses órgãos e entidades ou mediante convênio, o funcionamento de escolas públicas de trânsito, segundo os moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN.

Acerca das normas gerais de circulação e conduta dispostas no CTB, julgue os itens de **42 a 46**.

- 42 Devem ter prevalência sobre os demais veículos os destinados à prestação de socorro e policiamento, tais como veículos de polícia e ambulâncias, que gozam de livre circulação, estacionamento e parada estando ou não em serviço de emergência, devendo estar devidamente identificados com alarme sonoro e luz intermitente, a qual pode variar na cor, mas não em intensidade.

- 43 Observadas as características técnicas e as condições de tráfego, é permitido ao órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com circunscrição sobre a via regulamentar, por meio de sinalização, velocidades superiores ou inferiores àquelas estabelecidas no CTB.
- 44 A fim de salvaguardar a integridade física das pessoas e evitar acidentes, o embarque e o desembarque dos ocupantes de veículo devem ocorrer sempre pelo lado da calçada.
- 45 O CTB proíbe o trânsito de bicicletas e ciclomotores em passeios, sendo estes destinados aos pedestres.
- 46 Cabe ao CONTRAN e aos estados determinar finalidade e uso das faixas laterais de domínio, bem como das áreas adjacentes às estradas e rodovias, obedecidas as condições de segurança do trânsito pertinentes a elas. Nesses casos, respondem pelo CONTRAN o DNIT e a PRF e pelos estados, suas respectivas secretarias de transporte, DETRANs ou órgãos análogos.

De acordo com a legislação de trânsito vigente, notadamente a chamada lei seca, julgue os próximos itens.

- 47 Entregar a direção de veículo a alguém que, mesmo habilitado, não esteja em condições de dirigi-lo com segurança constitui infração gravíssima, punível com multa.
- 48 A legislação de trânsito brasileira não prevê punição para pessoas que dirijam sob influência de substância psicoativa, salvo para o uso abusivo de álcool.

Com relação à formação de condutores e ao processo de habilitação, julgue os itens subsecutivos.

- 49 Embora o processo de habilitação e as normas relativas à aprendizagem para conduzir veículos automotores e elétricos sejam regulamentados pelo CONTRAN, fica a cargo dos municípios emitir autorização para a condução de veículos de propulsão humana e de tração animal.
- 50 A formação de condutores deverá incluir, obrigatoriamente, cursos de direção defensiva, sinalização das vias, conceitos básicos de proteção ao meio ambiente relacionados ao trânsito e atendimento emergencial a vítimas de trânsito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

De acordo com o disposto na Lei n.º 6.404/1976, julgue os itens que se seguem.

- 51 As debêntures somente podem ser emitidas com valor nominal expresso em moeda nacional.
- 52 Considere que um acionista subscreva ações de determinada companhia ou adquira ações subscritas e ainda não realizadas, mas não efetue os pagamentos de realização nas condições previstas no estatuto, boletim ou na chamada dos órgãos de administração. Nessa situação, o acionista está sujeito ao pagamento de juros, correção monetária e multa, mas não perde o direito às ações subscritas ou adquiridas.
- 53 Quando uma ação é adquirida pela própria companhia objeto do título, com o objetivo de mantê-la em tesouraria nas condições permitidas pela lei, essa ação não tem direito nem a dividendo nem a voto.
- 54 Se uma ação com direito a voto pertencer a mais de uma pessoa, o voto deve ser computado de acordo com a proporcionalidade da participação de cada uma dessas pessoas ou, em caso de empate, conforme decisão do representante legal do título.

Considerando que a contabilidade pública dispõe de regras próprias, em muitos casos diversas das referentes à contabilidade comercial, julgue os itens a seguir.

- 55 A situação de passivo real descoberto ocorre quando o ativo real demonstrado no balanço patrimonial é maior que o passivo real.
- 56 A diferença entre o resultado apurado pelo balanço orçamentário e o resultado apurado pela demonstração das variações patrimoniais é representada pelas contas de mutações ativas e passivas.
- 57 O plano de contas da administração pública direta deve incluir, no mínimo, o elenco de contas, a tabela de eventos, a tabela de transações e os indicadores contábeis.
- 58 Quando se descentraliza o crédito orçamentário de determinada unidade setorial de orçamento para uma unidade gestora, devem ser utilizados obrigatoriamente os sistemas de contas orçamentário e de compensação, mas não o sistema financeiro.
- 59 Para a contabilidade pública, o termo liquidação de uma despesa representa o momento de sua apropriação e seu reconhecimento e não, o momento do pagamento.
- 60 O pagamento de uma despesa envolve apenas o sistema financeiro, enquanto o pagamento de uma obrigação envolve também o sistema patrimonial.

A respeito de elaboração e análise dos demonstrativos contábeis de entidades públicas ou privadas, julgue os itens seguintes.

- 61 Na análise da evolução nominal ou análise horizontal, o analista estabelece que determinado período representa a base 100 e o compara percentualmente aos demais períodos, desconsiderando os efeitos da inflação.
- 62 As movimentações no caixa e seus equivalentes são evidenciadas e controladas por meio da demonstração dos fluxos de caixa que, elaborada pelo método direto ou indireto, devem incidir sobre os fluxos das operações, dos investimentos ou dos financiamentos.
- 63 Se uma entidade pública não arrecada diretamente suas receitas, então ela não pode elaborar a demonstração do resultado econômico, pois não dispõe da receita econômica dos serviços prestados.
- 64 Na análise dos demonstrativos contábeis, a rentabilidade é a análise do potencial produtivo dos elementos patrimoniais.

Considerando que a elaboração, o acompanhamento e a fiscalização do orçamento público obedecem a normas legais rigorosas, julgue os próximos itens.

- 65 Caso o Poder Legislativo deseje acrescentar uma despesa não prevista na proposta orçamentária, mas não haja possibilidade de cancelamento de outras despesas para servir como fonte de recursos, poderá reestimar a receita prevista, desde que comprove a existência de erro ou omissão de ordem técnica ou legal no cálculo efetuado pelo Poder Executivo.
- 66 A legislação federal sobre orçamento aplica-se obrigatoriamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
- 67 O encaminhamento da proposta orçamentária do Poder Judiciário no âmbito dos estados e do Distrito Federal cabe aos presidentes dos tribunais de justiça. Entretanto, se essa proposta não for encaminhada no prazo legal, o Poder Executivo pode considerar como proposta os valores aprovados na lei orçamentária vigente, devendo ajustá-los aos limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Julgue os itens subsequentes, em relação aos mecanismos de alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

- 68 Caso a LOA não estipule o percentual máximo para cancelamento ou acréscimo de despesas por meio de créditos suplementares, aplica-se o limite de 10% de cada dotação cancelada ou acrescida.
- 69 Considere que determinada medida provisória tenha autorizado a abertura de crédito extraordinário, mas acabe perdendo sua eficácia por decurso de prazo. Nessa situação, as despesas realizadas com respaldo nesse crédito são consideradas nulas e devem ser canceladas.
- 70 Se um crédito adicional cancelar uma despesa financiada com recursos vinculados a determinada finalidade, a dotação eventualmente incluída ou reforçada deve respeitar a vinculação original da receita.

Com respeito aos princípios que devem ser obedecidos na elaboração e na execução orçamentárias, julgue os itens que se seguem.

- 71 Devem-se especificar, no orçamento, os programas que serão atendidos e a natureza do gasto relativos a determinada despesa pública, até o nível de elemento dessa despesa.
- 72 A previsão constitucional de elaboração do plano plurianual, cuja vigência é de quatro anos, constitui uma exceção ao princípio orçamentário da anualidade.
- 73 O protocolo de todas as vendas de um título da dívida pública que for vendido mais de uma vez durante o mesmo exercício financeiro deve integrar a receita orçamentária global, em respeito ao princípio da universalidade.

Acerca dos instrumentos de planejamento e orçamento constantes na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

- 74 A obrigação de elaborar leis de diretrizes orçamentárias foi instituída pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 75 No caso de haver ação judicial constituída por pedido de indenização contra um ente da Federação, o valor dessa ação deve ser incluído no anexo de riscos fiscais da lei de diretrizes orçamentárias, mesmo que a decisão final não tenha sido tomada.
- 76 O plano plurianual deve definir orientações gerais ou critérios de ação que norteiem a captação, a gestão e os gastos de recursos ao longo do seu período de vigência, mas não deve determinar a quantificação física dos objetivos pretendidos.
- 77 Considere que a execução de determinado investimento não incluído no plano plurianual esteja prevista para ocorrer por período de vários anos. Considere, ainda, que lei específica tenha autorizado essa execução. Nessa situação, é permitido o início da execução do investimento.
- 78 Para que determinada empresa estatal seja considerada dependente, é suficiente que haja previsão na LOA de que essa empresa receberá recursos diretamente do Tesouro Nacional.
- 79 Mesmo que a atividade fim de determinado ministério ou órgão da administração direta esteja relacionada aos objetivos da seguridade social, parte do orçamento desse ministério ou órgão será obrigatoriamente consignada no orçamento fiscal.
- 80 O efeito regionalizado das diversas renúncias de receita não integra o texto da LOA, mas deve ser demonstrado em documento anexo.
- 81 Uma das funções do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social é reduzir desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional.

Julgue os itens seguintes, referentes ao chamado ciclo orçamentário.

- 82 Uma vez fixadas as metas fiscais e iniciado o exercício financeiro, os fatos supervenientes somente podem provocar alterações na despesa orçamentária.
- 83 Para a definição da receita orçamentária global, é obrigatória a utilização de recursos técnicos e legais rigorosos, considerando-se os efeitos das alterações na legislação, a variação do índice de preços, o crescimento econômico e a evolução da receita nos três anos anteriores ao da elaboração da proposta orçamentária.
- 84 Durante a etapa de cálculo da necessidade de financiamento do governo central, procura-se definir o resultado primário, cujas etapas de apuração incluem o chamado critério acima da linha, que considera o desempenho dos fluxos de receitas e despesas primárias ou não financeiras no período de referência.

Acerca das normas, métodos e técnicas relativos à orçamento público, julgue os próximos itens.

- 85 No momento em que elaboram suas propostas, as unidades orçamentárias são obrigadas a indicar as fontes de recursos que custearão cada despesa.
- 86 O decreto de programação orçamentária e financeira, também conhecido como decreto de contingenciamento, deve ser obrigatoriamente elaborado com a finalidade de detalhar os valores autorizados para movimentação e empenho e para pagamentos no decorrer do exercício.
- 87 Não podem ser objeto de limitação as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.
- 88 Os órgãos setoriais de planejamento e orçamento devem incluir, na consolidação das propostas de suas unidades orçamentárias, as despesas referentes ao pagamento de sentenças judiciais com precatórios regularmente emitidos e a parcela da dívida contratual a vencer.

Julgue os itens subsequentes, relativos a aspectos da receita pública.

- 89 Caso determinado débito seja inscrito na dívida ativa e não seja pago, o órgão competente da fazenda pública será obrigado a propor uma ação de execução fiscal no prazo estabelecido em lei, sob pena de o ente respectivo ficar proibido de receber transferências voluntárias de outros entes.
- 90 A receita patrimonial decorre de fato permutativo e está incluída entre os itens de receitas de capital.
- 91 O lançamento de uma receita, o qual pode acontecer após o efetivo ingresso, é ato indispensável à sua contabilização regular.

Considerando que o rito necessário para a realização de despesas públicas, bem como sua classificação, é estabelecido em lei, julgue os itens que se seguem.

- 92 Quando o valor ou montante de determinada despesa não puder ser previamente determinado ou identificado, a unidade gestora poderá realizar o empenho por estimativa.
- 93 Em casos extraordinários e somente mediante autorização especial do ministro da Fazenda, uma despesa pode ser realizada antes decorrido o estágio da fixação.
- 94 Despesas orçamentárias com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, bem como com *software* de computador, devem ser classificadas como despesas de capital, no grupo de investimentos.

Julgue os itens a seguir, a respeito da concessão e do controle dos suprimentos de fundos.

- 95 Não podem ser classificadas como suprimentos de fundos as despesas realizadas por meio do cartão de pagamento do governo federal.
- 96 O ordenador de despesa transfere para o servidor beneficiado por suprimento de fundos a responsabilidade sobre a correta utilização dos recursos concedidos.

Quando a despesa pública é realizada em exercício diverso daquele a que se refere, é necessário que determinadas normas sejam observadas. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

- 97 A inscrição de despesas em restos a pagar é um mecanismo que permite à administração pública observar o princípio contábil de competência das despesas.
- 98 Considere que um mesmo credor seja o beneficiário de diversas despesas inscritas em restos a pagar. Nessa situação, seus créditos devem estar todos agrupados no mesmo registro.
- 99 No final de um exercício financeiro, os restos a pagar referentes ao exercício anterior e ainda não pagos devem ser reinscritos para o exercício subsequente.
- 100 Caso a dívida de um ente público seja inscrita em restos a pagar, mas não seja paga nem reclamada no prazo de cinco anos, o débito correspondente deve ser considerado prescrito.

No que se refere a conta única do Tesouro Nacional e às regras de prestação e tomada de contas, julgue os próximos itens.

- 101 O exame de conformidade, que deve ser feito nos processos de contas, corresponde à análise da eficácia, eficiência, efetividade e economicidade da gestão em relação a padrões administrativos e gerenciais.
- 102 As autarquias e fundações públicas, bem como os fundos por elas administrados, e os órgãos da administração pública federal direta podem manter disponibilidades financeiras decorrentes de arrecadação de receitas próprias em aplicações a prazo fixo, desde que os recursos sejam mantidos na conta única do Tesouro Nacional.
- 103 O Tesouro Nacional pode antecipar recursos destinados às transferências constitucionais a estados e municípios, mediante a utilização de disponibilidades de caixa.

A respeito das normas relativas a impostos e contribuições específicos, julgue os itens subsecutivos.

- 104 As contribuições para entidades de previdência complementar domiciliadas no Brasil e para os fundos de aposentadoria programada individual devem ser deduzidas do rendimento tributável de pessoa física, para efeito de cálculo do imposto sobre a renda a ser retido na fonte.
- 105 O montante do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços (ICMS) de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação devido em determinada operação, mas que tenha sido considerado isento pela legislação pertinente, não pode constituir crédito para compensação do montante devido em operações anteriores. Mesmo assim, o imposto eventualmente pago anteriormente deve ser obrigatoriamente transferido para as operações seguintes.
- 106 As transferências de recursos realizadas pelos orçamentos da União, dos estados do Distrito Federal ou dos municípios a empresas públicas, conceituadas ou não como empresas dependentes, são isentas do pagamento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- 107 O lucro presumido de uma pessoa jurídica inclui o valor resultante da aplicação de percentuais sobre a receita bruta auferida no período de apuração e os ganhos de capital ou rendimentos auferidos em aplicações financeiras.

Com relação a problemas decorrentes de ocorrência e controle de custos, julgue os itens que se seguem.

- 108 A margem de segurança operacional é definida como a quantidade de produtos que a empresa precisa vender para pagar pelo menos o custo estrutural fixo.
- 109 Espera-se que o ponto de equilíbrio de uma empresa se torne mais alto após a redução em dez por cento do preço médio de vendas de seus produtos.
- 110 Em um sistema cartesiano montado para a determinação do ponto de equilíbrio de uma empresa, em que a ordenada representa o custo total e abscissa representa a quantidade vendida, a chamada área de prejuízo localiza-se à direita do ponto de equilíbrio.

Acerca das normas legais referentes à realização de licitações públicas, julgue os itens a seguir.

- 111 A União pode realizar a compra de produtos com dispensa de licitação se houver necessidade de intervir no domínio econômico para a regulação de preços ou para a normalização do abastecimento.
- 112 Se determinado órgão público pretende contratar uma empresa para realizar a reparação de trabalhos artísticos de valor histórico, deverá realizar licitação para contratação de obras.
- 113 Para efeito da aplicação das normas legais relativas às licitações, a expressão administração pública abrange entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e fundações por ele instituídas ou mantidas.
- 114 Concorrência é a modalidade de licitação reservada exclusivamente para a contratação de obras de grande vulto.

Sabendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe restrições e limites para a gestão pública, julgue os itens seguintes.

- 115 Um ente que não tenha cumprido os limites constitucionais relativos à educação e à saúde só poderá receber transferências voluntárias de outros entes destinadas a esses setores quando comprovar que atendeu aos limites constitucionais.
- 116 Se uma despesa for criada por prazo determinado, tendo sido atendidos todos os requisitos legais, sua eventual prorrogação não precisará ser precedida das medidas compensatórias previstas pela lei de responsabilidade fiscal, desde que essa prorrogação aconteça também por prazo determinado.
- 117 Os contratos de terceirização de mão de obra somente devem ser incluídos no montante global da despesa de pessoal quando se referem a atividades semelhantes às dos servidores ou empregados do quadro efetivo de cada órgão público.

Acerca de noções básicas de auditoria, julgue os próximos itens.

- 118 No âmbito da administração pública, a auditoria integrada consiste no exame simultâneo dos demonstrativos de todas as unidades administrativas vinculadas a um mesmo ministério.
- 119 A auditoria de acompanhamento da gestão compreende o exame dos registros e documentos e tem a finalidade de obter elementos comprobatórios suficientes para opinar se os demonstrativos refletem a situação econômica da entidade.
- 120 Risco de auditoria é a possibilidade de o auditor emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de textos definitivos** correspondente.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

A Lei n.º 10.520/2002 instituiu, no âmbito da União, das Unidades da Federação e dos municípios, a modalidade de licitação denominada pregão. De acordo com o art. 4.º, § 1.º, do Decreto n.º 5.450/2005, é obrigatória a utilização do pregão na forma eletrônica para aquisição de bens e serviços comuns, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente. A modalidade de licitação pregão caracteriza-se, principalmente, pela celeridade nos processos licitatórios, minimizando custos para a administração pública, motivo pelo qual vem se consolidando como a principal forma de contratação do governo federal.

Pregão Eletrônico. **Manual de simulação**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

CONTRATAÇÕES REALIZADAS POR MEIO DO USO DO PREGÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a avaliação da efetividade da modalidade de pregão;
- ▶ o alcance do pregão para os fornecedores;
- ▶ aspectos relacionados ao controle dos gastos.

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

O Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) foi criado para substituir o uso dos cheques na administração pública, eliminando, assim, várias etapas e processos de prestação de contas em papel. Com o CPGF, tudo é feito por meio eletrônico, tornando o processo mais transparente.

Internet: Portal da Transparência do Governo Federal.

Considerando o texto motivador acima transcrito, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

VANTAGENS E DESVANTAGENS DO USO DO CPGF.

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- ▶ Aspectos contábeis relevantes no uso do CPGF;
- ▶ Riscos inerentes ao uso do CPGF no caso de despesas sigilosas;
- ▶ Encargos devidos às administradoras do CPGF.

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

